*Artigo

Carreira na política é um problema para o país

O carreirismo político no Brasil é um fato negativo para o aperfeiçoamento da atividade, tornando-se empecilho ao surgimento de novas lideranças, ou seja, de ideias renovadoras e modernizantes. Um dos segmentos onde se instalou, nas Câmaras Municipais, é o que mais afeta a população por ser o degrau inicial da política, pois o vereador é o primeiro representante popular, o mais próximo da comunidade. Sem dúvida o profissionalismo político nesse âmbito se deve aos altos subsídios e mordomias legais ou institucionalizadas, aspectos que precisam ser reconsiderados, ainda que difíceis de enfrentamento porque mudanças dependem dos legisladores, que são exatamente esses mesmos políticos, sempre indispostos a decisões que ameacem o corporativismo.

A instituição de salários a vereadores começou efetivamente em 1977, no regime militar. Antes, apenas vereadores das capitais recebiam subsídios. Naquele ano o então presidente Ernesto Geisel sancionou decreto estendendo o benefício, visando buscar apoio político das bases e também reforçar politicamente o partido do governo. Gradualmente foram sendo estabelecidos extensivos valores salariais e vantagens pecuniárias até o extremo a que encontramos hoje. Em muitas cidades o salário dos vereadores é o maior do município para uma ou no máximo duas reuniões, à noite, por semana, verdadeira afronta ao operariado que trabalha oito horas por dia em sete dias da semana recebendo insignificância em comparação ao integrante da Câmara instalado em gabinetes climatizados e cercados de mordomias diversas.

Passou a ter grande importância eleger-se (ou reeleger-se) para a Câmara Municipal. Para manter o mandato o vereador usa apelo popularesco e se dedica em tempo quase integral à assistência social, o que não é, em absoluto, sua função, todavia ele se transforma em espécie de "despachante do povo" junto aos órgãos públicos de atendimento social que aceitam e facilitam a intermediação porque o prefeito também depende do apoio do vereador.

O assistencialismo que os vereadores praticam é, portanto, atividade eleitoreira, não faz parte de suas atribuições precípuas que são: legislar, fiscalizar as ações do executivo e discutir temas de interesse dos bairros que representam para atendimento das necessidades coletivas, deixando a assistência social individual a cargo dos organismos próprios.

Considerando-se que o Brasil é um dos poucos países que mantém tais critérios de remuneração dos vereadores, seria conveniente que a sociedade discutisse o assunto. E também, que sejam debatidos exemplos de países que adotam outros sistemas sem prejuízo à administração da cidade. Segundo informação da ONU, entre 181 dos países filiados o Brasil é o único que remunera vereadores nos moldes que conhecemos. Na maioria dos demais existem conselhos municipais cuja eleição ou nomeação dos integrantes diferem, e a remuneração também.

Em alguns países são apenas ressarcidas as despesas pessoais ocorridas em função do desempenho do cargo, noutros há pagamento de jeton por sessão, gratificação, ajuda de custo ou até mesmo nada recebem, como na Suécia, onde a atividade é uma espécie de voluntariado em colaboração aos cidadãos e à administração da cidade. Ninguém vive do cargo, todos têm suas atividades profissionais. E não há notícia de que algum haja morrido de fome.

No Brasil já foi assim, quando as Câmaras eram constituídas por Conselhos Comunitários formados por representantes da sociedade não remunerados, que se dedicavam não a fazer assistência social, mas sim discutir temas, assuntos e projetos de interesse do município e de seus cidadãos.

Como desde 2009 tramitam no Congresso propostas de redução e até mesmo extinção dos salários dos vereadores, é bom repensar e debater a questão para reforçar os argumentos. O carreirismo e o alto preço das campanhas inibem cidadãos com disposição para trabalhar, mas com poucas posses para enfrentar os "profissionais" acabam desestimulados. Em consequência, cai o nível das representações municipais, existe pouca renovação tanto de nomes quanto de ideias, o que inevitavelmente redunda em prejuízos aos municípios.

Luiz Carlos Borges da Silveira é empresário, médico e professor. Foi Ministro da Saúde e Deputado Federal.

Diário da Serra®
O DIA-A-DIA DA NOTÍCIA
Propriedade da E. Tormes & Cia. Ltda - ME
ISSN 2238-6467
FUNDADO EM 11 DE NOVEMBRO DE 1996
Edição on-line desde 06 de setembro de 1997
ENDEREÇO
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Parque Mansões • Tangará da Serra - MT CEP: 78300-000
Fone (65) 3326-4724 Fax 3326-6501
CIRCULAÇÃO
Tangará da Serra, Nova Olímpia, Denise, Arenápolis, Nortelândia, Nova Marilândia, Santo Afonso, Barra do Bugres, Campo Novo do Parecis e Sapezal.
Tiragem total: 1,5 mil exemplares
ADMINISTRATIVO
DIREÇÃO GERAL
Mano Reski
mano@diariodaserra.com.br
DIREÇÃO ADMINISTRATIVA
Silvana Tormes
silvana@diariodaserra.com.br
REDAÇÃO
DIREÇÃO DE JORNALISMO
Fabiola Tormes
CONTATO
redacao@diariodaserra.com.br
DEPTO. DE ARTES
Thiago L. Machado
Vitória Bertol
DEPARTAMENTO COMERCIAL
PUBLICIDADE E ASSINATURA
PUBLICIDADE LEGAL
GRÁFICA
E. Tormes & Cia Ltda-ME
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Sala 02
CNPJ 14.048.123/0001-07
CONTATO
adm@diariodaserra.com.br
65 3326-4724
CENTRAL DO ASSINANTE: 65 3326-6501
www.diariodaserra.com.br
www.ds.jor.br

*Curtas

Dilmar quer prorrogação do Refis para dezembro

Com encerramento previsto para o dia 10 de julho, o prazo para os contribuintes mato-grossenses renegociarem seus débitos tributários pelo Programa de Recuperação de Créditos do Estado de Mato Grosso (Refis), deverá ser prorrogado até 10 de dezembro deste ano. O pedido foi encaminhado pelo deputado Dilmar Dal' Bosco (DEM), ao secretário de Estado de Fazenda (Sefaz), Gustavo Oliveira.De acordo com Dal' Bosco, durante o primeiro semestre, grande parte dos proventos dos contribuintes mato-grossenses são revertidos ao pagamento de impostos inerentes ao ano corrente como IPTU, IPVA, licenciamento, matrícula escolar, o que impossibilita o contribuinte de se comprometer com novos parcelamentos. Ele apontou ainda que a partir do mês de julho existe previsão de recuperação da economia e aumento na poder de endividamento do brasileiro. "A principal finalidade do Refis é estimular a regularização dos créditos tributários e oportunizar que os cidadãos cumpram suas obrigações tributárias", defendeu o líder do governador Pedro Taques na Assembleia Legislativa.

Antecipação

A Caixa Econômica Federal decidiu antecipar o pagamento do último lote das contas inativas do FGTS para quem nasceu em dezembro. Prevista inicialmente para começar no dia 14, a quinta fase foi antecipada para este sábado, dia 8. Para atender aos trabalhadores, 2.015 agências da Caixa abrirão no sábado entre 9h e 15h.

Contas inativas

Para quem nasceu em outro período e ainda não fez o saque o prazo limite é 31 de julho. Se o beneficiário não retirar o dinheiro até o prazo final, o valor voltará para a conta do FGTS e ele só conseguirá sacá-lo se estiver enquadrado nas hipóteses que permitem o saque do FGTS. Mais de 2,5 milhões de brasileiros têm direito ao saque a partir no último lote.

Conta de energia

A fatura de energia dos clientes da Energisa Mato Grosso mudou. A partir deste mês, as contas chegam com um formato que facilita a leitura e dá destaque a algumas informações, como o número da Unidade Consumidora e do Call Center. A principal mudança acontece na área do demonstrativo da fatura.

Mudança

A mudança na forma de apresentação foi realizada para atender os regulamentos do ICMS de cada Estado e não tem nenhum impacto no custo final cobrado ao cliente. A composição da tarifa continuará exatamente como era antes. Todas as informações que vinham na fatura anterior continuam no novo formato, porém, distribuídas de maneira mais direta.

*Bastidores da Política

Eleições

Com 42,19% dos votos Fabio Mauri Garbugio (PTB) foi eleito o novo prefeito do município de Alto Taquari. A eleição suplementar ocorreu no domingo, dia 2. Segundo o Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT), a coligação 'Vamos Juntos' venceu com 2.050 votos. Marco Aurélio Julien será o vice-prefeito.

Alto Taquari

A eleição suplementar foi marcada porque o Tribunal Superior Eleitoral cassou o registro eleitoral do prefeito Lairto Sperandio (DEM), que estava com a filiação partidária suspensa ao ser eleito. Em segundo lugar, com 2014 votos, ficou a chapa formada por Vanderley Santeiro Teodoro (prefeito) e Gregório Moretti de Almeida (vice-prefeito).

Eleições 2018

Pensando em 2018, o novo presidente do PT em Mato Grosso, deputado Valdir Barranco, disse que Ságuas Moraes e Lúdio Cabral são opções da sigla para a disputa ao Governoem 2018. "O PT tem nomes muito preparados", afirmou Barranco, ao destacar que os petistas buscarão alianças com partidos de "centro-esquerda".

Aliados I

Entre os eventuais aliados está o PSB, que, sob o comando do deputado federal Valtenir Pereira, pode ir para a oposição ao Governo Pedro Taques (PSDB). "Neste momento, nosso objetivo é formar uma frente de centro-esquerda de olho nessas eleições. Aqui no Estado, o PSB deve mudar sua rota, o que para nós é muito interessante".

Aliados II

Nos bastidores já circulavam informações de uma aliança entre os partidos. A chapa seria formada por Lúdio, concorrendo ao Governo e Valtenir ao Senado. Barranco, entretanto, disse que o momento é de diálogo com os partidos de oposição ao atual Executivo. "Ainda não temos resolução para alianças nos Estados".

Várzea Grande

O secretário de Assuntos Estratégicos de Várzea Grande, Jayme Campos, disse acreditar que a prefeita Lucimar Campos vai conseguir reverter a decisão que cassou seu mandato por gastos com publicidade institucional acima do limite permitido por lei em ano eleitoral. A defesa da prefeita recorre ao TRE-MT nesta segunda-feira.

Tranquila

"O que acontece é que houve o julgamento por parte do juiz e nós estamos recorrendo, naturalmente, ao TRE. Essa defesa está sendo apresentada hoje a título de recurso e vamos aguardar. O que posso afiançar é que a prefeita Lucimar está muito tranquila, porque não cometeu nenhum ato ilícito", afirmou.

Ações

Mesmo sob a possibilidade de perder o mandato, a prefeita, tem focado em manter o rumo da gestão. Segundo ele, nas próximas semanas ela deve dar início a um "pacote de obras" de aproximadamente R$ 150 milhões. "A prefeita já determinou aos secretários para que lancem um verdadeiro pacote de obras que conseguiu junto ao Governo Federal", disse.

Maggi garante na ONU que o Brasil tem condições de alimentar o mundo

Tratado como chefe de Estado pelos organizadores, o ministro da Agricultura e Pecuária, senador mato-grossense Blairo Maggi (PP), se transformou na principal estrela da 40ª Conferência da FAO, órgão das Nações Unidas (ONU) responsável pela alimentação, em Roma (Itália), nesta segunda-feira (3). "O Brasil é hoje um dos maiores produtores e exportadores de alimentos do mundo. Nossa produtividade aumenta 4% ao ano desde 1975", argumentou ele, para plateia formada majoritariamente por países com escassez de comida. Blairo Maggi afirmou que o Brasil tem condições de alimentar o mundo, mas exigiu equilíbrio nas cobranças dos demais, na questão ambiental. O ministro da Agricultura e Pecuária observou que está em desuso a recomendação de setores da sociedade, em alguns países desenvolvidos, contra o consumo de carne, supostamente para reduzir os anos ao chamado efeito estufa.